



Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Banco para Todos
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização
Educação Fiscal
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE
Fortalecimento da Gestão Administrativa e
Fiscal dos Municípios - PNAFM
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Gestão da Política de Regulação de Mercados
Gestão da Política Econômica
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
Produção de Moeda e Documentos de Segurança
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados R\$ 88,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 14.662.672.716,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 10.968.739.194,00
Recursos não orçamentários previstos:	R\$ 56.851.349.899,73	Realizado não orçamentário:	R\$ 77.295.911.696,7
Total previsto:	R\$ 71.514.022.615,73	Total realizado:	R\$ 88.264.650.890,72

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 399,1 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 37,3 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do Ministério da Fazenda no exercício de 2005 foram:

a) Arrecadação de tributos e demais receitas

- Aumento do volume de arrecadação de receitas pela Secretaria da Receita Federal (SRF). A arrecadação bruta das receitas administradas pela SRF, em 2005, atingiu o valor de R\$ 347 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 15,45% e real de 8,02% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2004. Esse desempenho garantiu o financiamento de bens e serviços à sociedade no exercício de 2005.
- Cabe ressaltar que o incremento na arrecadação ocorreu pelo esforço da SRF nas áreas de fiscalização de tributos internos e aduaneiros e na ênfase à estratégia de combate à sonegação e às fraudes fiscais. A ação da SRF aumentou a percepção de risco do contribuinte faltoso e elevou o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, conseqüentemente, aumentou a arrecadação dos tributos e contribuições federais.
- Recuperação de Créditos da Fazenda Nacional. O resultado da arrecadação total em 2005 chegou a R\$ 8,8 bilhões, sendo 2, 6 bilhões relativos à Dívida Ativa da União e R\$ 6, 1 bilhões à Defesa Judicial da Fazenda Nacional. As receitas arrecadadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também contribuíram para a elevação do nível de receitas em 2005.
- Arrecadação de cerca de R\$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93% da meta física de R\$ 40 bilhões, prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de superávit primário nas contas públicas, estabelecida na LDO.

- A edição da Lei nº. 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que entre outras medidas instituiu incentivos fiscais para a inovação tecnológica, regimes especiais de tributação e de aquisição de bens de capital, beneficiou principalmente o setor produtivo.
- No âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal, foram realizados 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R\$ 48,3 bilhões. Esse resultado foi decorrente do esforço da SRF no sentido de garantir maior eficácia e efetividade às ações fiscais e combater a sonegação e a fraude.

b) Políticas fiscal e monetária

- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25% do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de 4,84% do PIB (aproximadamente R\$ 93,5 bilhões).
- Continuação da trajetória descendente da inflação. A taxa de inflação mensurada pelo IPCA foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se pelo segundo ano consecutivo dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa do país. Essa redução se deu por meio do aumento das reservas internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos com o FMI e ao Clube de Paris, entre outras medidas.
- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública, com a finalidade de refinanciamento da dívida pública. Como resultado dos leilões, houve melhora da composição da Dívida Pública Federal (DPF), e da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em linha com as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento para 2005.
- Além disso, o estoque da DPF, ao final de 2005, estava abaixo do limite inferior previsto e a proporção da dívida vencendo em 12 meses caiu.
- No programa “Tesouro Direto” as vendas de títulos públicos alcançaram o montante de R\$ 656,6 milhões, aumento de 82,6% em relação ao ano de 2004, quando o volume financeiro foi de R\$ 359,6 milhões.
- No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 50,9% relativamente ao ano de 2004 (49.498 em 2005, contra 32.796 em 2004).

c) Fiscalização e regulamentação do sistema financeiro nacional e inclusão bancária

- Implantação do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS). A implantação desse sistema proporcionou maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos por órgãos públicos, CPIs e Poder Judiciário.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: operações de microcrédito, segmento cooperativo, crédito Imobiliário, inclusão bancária e edição de regras prudenciais tais como, registro de títulos e valores mobiliários emitidos pelas referidas instituições quanto dos acordos

envolvendo os respectivos resgates antecipados, mercado de câmbio e “lavagem de dinheiro”.

- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas, o que favoreceu grande parcela da população desassistida dos serviços bancários.
- Liberação de R\$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção. Também foi ampliados o número de serviços financeiros oferecidos a pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

d) Supervisão do mercado de seguros e companhias abertas

- Aumento do valor das indenizações do Seguro Obrigatório por danos por veículos automotores em vias terrestres (DPVAT), de R\$ 10.300,00 para R\$ 13.479,48, em caso de mortes ou invalidez permanente e de até R\$ 2.000,00 para R\$ 2.695,90 para cobertura de despesas médicas, quando não houver mortes ou invalidez permanente.
- Implementação da supervisão baseada em riscos e superação da meta de inspeções em 20%. Os últimos anos representam um marco na transição do modelo de supervisão baseada em regras para a supervisão baseada em riscos. Os consumidores e investidores deste mercado estão sendo beneficiados com maior eficiência e solidez do capital das sociedades supervisionadas pela SUSEP.
- Aumento do volume financeiro negociado na bolsa de valores, que em 2005 atingiu o volume de R\$ 4,4 bilhões nas emissões primárias de ações e R\$ 41,5 bilhões de emissão de debêntures. Esse desempenho demonstra a confiança do investidor na economia brasileira.

e) Capacitação

- Ampliação da rede de disseminadores do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Em 2005 foram capacitados 8022 disseminadores do PNEF em diversos Municípios. Essa iniciativa é de suma importância para incentivar o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.
- O treinamento de servidores públicos nacionais e internacionais na área de finanças públicas superou a meta esperada, perfazendo um total de 44.758 capacitados em 2005.

f) Reestruturação dos Estados e Municípios na área fiscal

- Aumento da arrecadação estadual do ICMS de 6,66% do PIB (1997) para 7,80% do PIB. Esse aumento ocorreu graças à implementação de novas soluções de tecnologia de informação para recolhimentos de impostos, por meio de processamento eletrônico automático e SINTEGRA - sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes e pelos programas de educação fiscal, ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Adesão de 58 Municípios à implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliações de projetos e 23 simplificações.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios (IPTU e ISS), em decorrência da atuação do programa “Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM)”.

ASPECTOS RELEVANTES

Dentre as principais restrições enfrentadas pelo MF para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: restrições orçamentárias e financeiras causadas pelo contingenciamento; atraso na liberação de recursos; carência de recursos humanos e materiais na maioria das unidades e empresas executoras de programas; inadequação de infra-estrutura.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

OBJETIVO

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal, contribuintes e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 3.986.236.136,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.504.376.185,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.504.376.185,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REALIZAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 108,57 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: O alcance do índice originalmente previsto é possível, desde que seja colocado a disposição desta secretaria os recursos orçamentários, financeiros e humanos necessários para o desempenho das atividades.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Edição da Lei nº 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que beneficiou principalmente o setor produtivo.
- Recebimento pela Secretaria da Receita Federal (SRF) de mais de 103,5 milhões de declarações, englobando declarações de pessoas físicas e jurídicas e declarações do Imposto Territorial Rural (ITR).

- Promoção de ações de cobrança sobre cerca de 4,7 milhões de Pessoas Jurídicas, envolvendo um total de aproximadamente R\$ 4,78 bilhões em débitos cobrados; relativamente às Pessoas Físicas, foram emitidos em torno de 455 mil avisos de cobrança, perfazendo um total de cerca de R\$ 568 milhões em novos débitos cobrados.
- Em dezembro de 2005, a carteira de parcelamento de tributos e contribuições administrados pela SRF contava com 234.396 processos, totalizando aproximadamente R\$ 6,49 bilhões em créditos tributários.
- Encaminhamento pela Receita Federal à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2005, de 889.841 processos, envolvendo cerca de R\$ 21,6 bilhões em créditos tributários, para cobrança executiva / inscrição em Dívida Ativa da União..
- Realização de 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R\$ 48,3 bilhões, no âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal.

Além dos resultados globais de arrecadação e de controle aduaneiro, merecem destaque, ainda, os trabalhos de assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira; as ações voltadas para um melhor atendimento ao contribuinte e à facilitação ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; as ações relacionadas ao controle e recuperação dos créditos tributários; a ênfase dada pela SRF à fiscalização de tributos internos e do comércio exterior e ao combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho; a administração do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex); e as atividades voltadas para a educação fiscal.

Ressaltam-se os estudos e atividades voltados para a revisão e melhoria dos processos de trabalho e para a modernização e reestruturação da Receita Federal, desenvolvidos durante a vigência da MP nº 258, de 22/07/2005, que unificava a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, criando a Receita Federal do Brasil.

Ressalte-se ainda, em 2005, o início da implementação na Receita Federal, como parte do Projeto Piloto de Investimento (PPI) do Governo Federal, do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA), o qual integra o Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira, do PPA 2004/2007. O Projeto consiste num conjunto de investimentos voltados para a redução da burocracia do comércio exterior e para a melhoria do ambiente de negócios do País. Foram realizados em 2005 investimentos da ordem de R\$ 225,57 milhões, abrangendo investimentos em tecnologia da informação e na modernização aduaneira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: em função das restrições impostas pelo Decreto 5.379/05, o programa atravessou dificuldades para honrar seus compromissos contratuais, pois a abertura de créditos adicionais, a liberação de limites de movimentação e empenho e, principalmente, a liberação de recursos financeiros, ficaram descompassadas das reais necessidades do Órgão.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: para uma força de trabalho que prevê 15.006 cargos efetivos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e 16.999 Técnicos da Receita Federal (de acordo com os quantitativos

fixados pela Portaria Mare nº 2.581, de 29.8.96), a lotação real hoje existente, de 7.704 Auditores-Fiscais e 6.346 Técnicos, representa, respectivamente, 51,34% e 37,40% da lotação ideal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A avaliação da satisfação dos contribuintes em relação aos serviços prestados pela SRF foi iniciada de forma piloto em dezembro de 2004, com utilização da ferramenta de pesquisa Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), na Delegacia de Administração Tributária (DERAT) do RJ. Na experiência piloto, no que diz respeito à avaliação geral, a nota geral foi de 8,74 numa escala de 0 a 10. Nas conclusões preliminares, foram elencadas 5 oportunidades de melhoria e 4 pontos fortes no atendimento realizado por aquela Unidade. Outro mecanismo de avaliação da satisfação dos usuários com os serviços prestados pela SRF são as premiações consecutivas obtidas por esta Secretaria como resultado do atendimento virtual realizado no sitio Web, atuando no campo do governo eletrônico.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

OBJETIVO

Ampliar as facilidades de acesso ao crédito e aos produtos e serviços bancários.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.079.403.579,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 570.402.936,00 Total: R\$ 570.402.936,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR

Este programa não possui indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindíveis a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Investidos recursos em tecnologia da informação com vistas a modernizar o sistema de atendimento, dar mais segurança operacional e aumentar e facilitar o atendimento à clientela.
- Modernizadas e adaptadas 50% das dependências no Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia segundo os padrões considerados adequados.
- Instalação de 156 novas agências da Caixa Econômica Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Não há.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do programa para: “Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários”.
- Alterar o público alvo para: “Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União”.

BANCO PARA TODOS

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	-
-	Pago estatais:	-
	Total:	-
Previsto não orçamentário R\$ 970.296.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 178.675.990,39	

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ACESSO DE DESASSISTIDOS A SERVIÇOS BANCÁRIOS VIA BANCO DO BRASIL E CAIXA.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Há estimativas, a partir de cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do número de desassistidos ser de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. Com a ampliação do Programa em 2006, com a entrada de dois novos bancos públicos federais (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), o indicador precisará ser alterado. Entretanto, para isso ocorrer, a gerência do Programa busca, junto com os coordenadores de ação, instituir um índice confiável, que possa ser utilizado para o bom monitoramento dos resultados. A partir desta definição, haverá a necessidade de se nivelar os dados de execução junto aos coordenadores de ação, o que possivelmente impedirá de se iniciar esse monitoramento ainda em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Aproximadamente 70% da população brasileira está excluída do sistema financeiro. O país apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento de microcréditos. O desinteresse de segmentos do Setor Bancário em atender às classes mais pobres

e a falta de instituições com experiência em micro financiamento aumentam o problema.

O baixo custo operacional do atendimento bancário por meio eletrônico pode ser um meio de baratear o custo e permitir a inclusão dos menos assistidos ao sistema financeiro. Entretanto, sabe-se que grande parte da população brasileira, apesar das exigências da globalização, ainda não desenvolveu as habilidades necessárias (alfabetização digital).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas.
- Liberação de R\$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção.
- Acesso à bancarização e microcrédito divulgados aos gestores públicos municipais e entidades do Terceiro Setor de todo o país, por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As restrições foram individuais, de acordo com problemas enfrentados por cada banco participante. A CAIXA, em 2005, atuou no processo de bancarização, mas o microcrédito ficou relegado a segundo plano por dificuldades de precificar o produto em bases lucrativas, tendo em vista a existência de índice de inadimplência alto. O Banco do Brasil / Banco Popular do Brasil também sofreu com altos índices de inadimplência, além de redução de recursos para custeio de publicidade, o que dificultou a realização do planejamento. E o BNDES teve que reformular seu programa de microcrédito para atender às especificações da Lei nº 11.110/2005, somente iniciando a comercialização a partir do final do ano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS

OBJETIVO

Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos do sistema fazendário e afins das três esferas de governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 23.726.557,00	Empenho Liquidado: R\$ 22.556.073,00 Pago estatais: - Total: R\$ 22.556.073,00
Previsto não orçamentário R\$ 714.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 92,8

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 2005.

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CONTRATANTES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 98,2

Índice previsto ao final do PPA: 87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 200

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e controle, da formulação e avaliação de políticas públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas, da redução do déficit público nas três esferas de governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Treinamento de 44.758 servidores públicos nacionais e internacionais, superando a meta esperada.
- Seleção de 2.072 candidatos em concurso público e formados 1.491 alunos, superando a meta esperada.
- Capacitação de 106 servidores no projeto “Formar”, curso que objetiva elevar o nível de escolaridade dos funcionários do Ministério da Fazenda, visando ao desenvolvimento pessoal e ao melhor desempenho nas suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Atraso na liberação de recursos: a não liberação de crédito suplementar solicitado impediu o aumento no nº de capacitações de servidores e a realização de concursos públicos.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o corte de cargos comissionados afetou diversas áreas da Escola de Administração Fazendária (ESAF). Dificuldade de reposição de servidores, devido às características da Escola.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: carência de recursos orçamentários para treinamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 75.566.007,00	Empenho Liquidado: R\$ 55.547.674,00 Pago estatais: - Total: R\$ 55.547.674,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE ACESSOS À HOME-PAGE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Unidade de medida: unidade

Último índice apurado: 21.993.281 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 7.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Tendo em vista a entrada em produção do Portal do Investidor até outubro/2006 e as novas sistemáticas implantadas em 2005, o índice foi revisado, e a nova projeção para 2007 é de 29.000.000,00.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 50 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Alta. Em função da imensa valorização do mercado no biênio 2004-2005, revisamos o número para 45%.

3. TAXA DE EMISSÕES PRIMÁRIAS DA ECONOMIA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 15,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Através de uma análise conservadora, percebe-se um risco de queda do índice, que, em 2007, deverá ser 12% a 13%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão recorde no volume de debêntures, totalizando R\$ 41.5 bilhões.
- O volume médio de emissões também foi o maior registrado nos últimos dez anos, atingindo R\$ 834 milhões por emissão.
- Publicação do primeiro Plano Estratégico, que abrange o triênio 2005-2007.
- Crescimento no registro de ofertas de valores mobiliários.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: dificuldades relacionadas à ampliação da Sede no Rio de Janeiro. Nos anos anteriores, por falta de dotação e, em 2005, por falta de ofertas no mercado. Atraso na alocação dos servidores nas novas dependências da Regional de São Paulo. Após incêndio em janeiro de 2005, houve a necessidade de suplementação da ação de manutenção, para a adaptação da nova dependência. Como a aprovação do crédito ocorreu somente no segundo semestre, não houve tempo hábil para as alterações previstas (conclusão da obra, aquisição de mobiliário, etc.), passando para 2006 a conclusão do planejamento inicial.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: apesar da admissão de 94 novos Analistas e Inspetores, no início de 2005, continuamos com a carência de servidores de nível intermediário (suporte técnico-administrativo especializado). No segundo semestre de 2005, o Ministério do Planejamento aprovou as vagas solicitadas referentes à reposição e, assim, realizou-se concurso público para provimento de 54 vagas de Agente Executivo. A CVM criou as condições para atingir, logo no início de 2006, a melhor relação entre as vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. No caso do concurso para Agentes Executivos, registre-se ainda que o intervalo de tempo entre a aprovação do certame e a nomeação dos habilitados foi de apenas cinco meses e sete dias, prazo significativamente menor do que o habitualmente praticado em projetos congêneres.

Atraso na liberação de recursos: os atrasos na liberação dos recursos, principalmente no início do ano, causaram sérios transtornos para a Gerência Financeira junto aos fornecedores.

Financeiro comprometido por restos a pagar: o decreto de programação financeira, nº 5379/05, não considerou todos os restos a pagar para determinação do limite financeiro. Dessa forma, foi necessário solicitar expansões de limite, além de cancelamento de algumas despesas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2005, foi implantada a Ouvidoria Institucional, com o objetivo de receber reclamações da sociedade em relação aos serviços prestados pela CVM, com eventuais ajustes, primando pela excelência no atendimento. Analogamente à audiência pública de suas normas, a CVM também, em algumas ocasiões, inicia consultas públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais, e sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

RECOMENDAÇÕES

- O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

OBJETIVO

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 899.308.100,00	Empenho Liquidado: R\$ 765.380.249,00 Pago estatais: - Total: R\$ 765.380.249,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÍVEL DE ENQUADRAMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE CAPITALIZAÇÃO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 99,98 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Alta. Foi alcançado o índice de 99,98% (Dez/2005), sendo observado que algumas poucas instituições de pequeno porte, principalmente cooperativas de crédito, não têm se enquadrado. Isso, contudo, não representa qualquer risco à solidez do Sistema Financeiro Nacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo. O programa é desenvolvido por meio da atuação das unidades administrativas do Banco Central do Brasil (Bacen) responsáveis pelo macroprocesso "Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional" e pela área de informática (dada a importância do Sisbacen na execução das atividades que compõem o programa).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Banco Central realizou atividades de fiscalização direta e indireta, no

Brasil e nas agências e subsidiárias de bancos brasileiros localizados no exterior, com o objetivo de analisar estratégias, políticas de gerenciamento de riscos, situação econômico-financeira e cumprimento da regulação vigente. Foram verificados a estrutura e os procedimentos adotados pelas instituições no que se refere à prevenção no uso do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para lavagem de dinheiro.

- Metodologia de classificação de instituições financeiras (rating) aplicada em 9 instituições, de acordo com o nível de risco apresentado, que permite análise mais sistematizada das instituições e, conseqüentemente, um melhor planejamento das atividades de supervisão.
- O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) teve sua implantação concluída, propiciando uma maior capacidade de monitoramento do risco de crédito do SFN. O sistema introduziu facilidades de compartilhamento de informações com o sistema financeiro, via internet, permitindo melhorar a análise na concessão de crédito pelas instituições e a conseqüente redução do risco de crédito. Em 2005, foram verificadas 150.458.929 consultas externas às informações abrangidas pelo SCR.
- Em cumprimento à Lei nº 10.701, de 2003, o Banco Central implantou o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), um sistema de informações que proporciona maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos pelos órgãos públicos, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e Poder Judiciário. Podem ser obtidos junto ao CCS os nomes das instituições com as quais se relacionam os clientes e os correntistas do sistema financeiro, bem como seus representantes legais e procuradores.
- Em atendimento às demandas oriundas do Poder Legislativo, por meio de sete Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e Comissões Mistas Parlamentares de Inquérito (CPMI), foram encaminhados 1.485 ofícios com documentação às Comissões e quebrados 886 sigilos bancários.
- Em relação ao atendimento às solicitações do Poder Judiciário, foram processados cerca de 680 mil pedidos de informações sobre a existência de contas-correntes, aplicações financeiras, determinações de bloqueios e desbloqueios de contas envolvendo pessoas físicas e jurídicas e comunicação e extinção de falências, realizados pela internet, por intermédio do Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (BacenJud). Ademais, foram atendidos aproximadamente 140 mil pedidos pela forma tradicional, ou seja, correspondência em papel, sendo observado um aumento de 20,6% em comparação ao exercício de 2004.
- Relativamente aos processos administrativos punitivos, foram decididos cerca de 2.906, resultando na aplicação de penas de advertência, multas e inabilitações para atuar no SFN. Desse total, 2.735 referem-se a processos de multa por não pagamento de importação, 62 por sonegação de cobertura cambial em exportação, 70 por infrações a normativos de natureza cambial e 39 por irregularidades de natureza financeira.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: 1) operações de microcrédito - foi editada regulamentação contendo os parâmetros para que uma operação seja considerada como de microcrédito produtivo orientado; 2) segmento cooperativo - editada objetivando dar continuidade ao processo de consolidação do segmento de cooperativas de crédito no país, empreendido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil; 3) crédito imobiliário - foram implementadas importantes alterações no direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, em

função das projeções feitas para a necessidade de novos financiamentos. Embasados nas informações mensais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), estudos apontaram que seriam necessárias novas contratações da ordem de 8 bilhões de reais para o ano de 2005. Esse valor representava aumento de 166% em relação ao montante financiado no ano de 2004, cerca de 3 bilhões de reais; 4) inclusão bancária - simplificação dos procedimentos específicos para a abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos à vista no país, de titularidade de pessoas físicas brasileiras que se encontrem temporariamente no exterior, admitindo, de forma análoga, a abertura de contas de depósitos de poupança não vinculadas a contas de depósitos à vista de mesma titularidade.

- Quanto ao “Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen)” foram alcançados os seguintes resultados: 1) sistemas implementados mantidos operacionais e disponíveis, principalmente os que suportam o SFN; 2) inserção do Banco Central do Brasil no ambiente internacional; 3) apoio ao desenvolvimento das atribuições institucionais; 4) provimento de moeda e informações sobre o uso do dinheiro para a sociedade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial: muitos microcomputadores com capacidade de processamento inadequada para a execução das tarefas demandadas e notebooks em número reduzido e também com capacidade de processamento inadequada.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: há necessidade de desenvolvimento de diversas ferramentas de Tecnologia da Informação (TI), de forma a otimizar a execução das atividades. Rede local das regionais necessitando de atualização; capacidade de armazenamento e processamento dos Servidores inadequada para as demandas atuais.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o quantitativo de servidores para a execução das atividades ligadas a ação de supervisão é insuficiente, frente às atribuições da área. Observa-se, em todas as unidades da área, que a existência de pessoal está bem abaixo da fixado. No caso da ação Sisbacen, há necessidade de pessoal para a execução de boa parte das atividades, pois hoje há grande número de serviços terceirizados nas equipes.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras: ainda não foram verificados grandes avanços no sentido de capacitar e desenvolver a equipe gerencial, visto que as ações de treinamento ainda são insuficientes vis-a-vis o porte da instituição e a importância das tarefas a serem executadas. Equipe gerencial formada por excelentes técnicos com pouca qualificação gerencial. Há necessidade de reciclagem para a equipe gerencial. Necessidade de mais servidores qualificados nas equipes executoras, tendo em vista que o quantitativo de servidores está abaixo da dotação.

Contingenciamento orçamentário: as atividades de capacitação e desenvolvimento das equipes foram impactadas pelo excessivo atraso na liberação de recursos orçamentários destinados ao treinamento e, principalmente, pelos contingenciamentos ocorridos no exercício. O contingenciamento orçamentário foi contornado pela

redução do número de de capacitações realizadas, assim como, pelo adiamento na realização de alguns eventos. No caso da ação Gestão e Administração do Programa, em que o volume de recursos foi insuficiente para a cobertura das despesas com pessoal, foi solicitado crédito adicional de R\$ 108 milhões, tendo o mesmo sido liberado no final do ano (nov/dez-2005). Já no caso da ação Construção do Edifício em Curitiba (PR), foi solicitado crédito adicional de R\$ 5.3 milhões, tendo sido liberado apenas no final do mês de dezembro/2005. Em consequência, os recursos foram inscritos em restos a pagar e a conclusão da obra foi postergada para 2006.

Atraso na liberação de recursos: com fluxo normal de recursos orçamentários iniciado somente em abril, várias atividades planejadas no Programa Anual de Supervisão - PAS (atividades finalísticas) e no Extra-PAS (atividades de suporte e gestão), relativamente ao primeiro trimestre do ano, tiveram que ser adiadas, prejudicando a realização de todo o programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: os processos licitatórios são naturalmente morosos. Isso aliado à liberação dos recursos apenas no final do exercício inviabilizam sua execução ainda dentro do exercício dos créditos orçamentários.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No caso da ação Regulamentação do SFN, a audiência pública é um mecanismo regularmente utilizado na coleta de subsídios para o desenvolvimento da ação, tanto de instituições financeiras, quanto das pessoas físicas em geral. Além disso, o Banco Central do Brasil, dentro da filosofia de uma maior transparência, abre espaço para que a sociedade também participe do desenvolvimento da ação, através de instrumentos como a divulgação de decisões e de pretensões de pessoas físicas e/ou jurídicas de atuar no SFN. Tal procedimento está institucionalizado pelas publicações das Declarações de Propósito, em que as pessoas que pretendem ingressar no SFN são obrigadas a submeter à apreciação da sociedade a sua intenção, bem como pela divulgação, no Diário Oficial e no Sisbacen, das homologações concedidas. Eventuais manifestações da sociedade a essas divulgações são devidamente apreciadas no exame dos processos de autorização.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

OBJETIVO

Fomentar a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 48.556.346,00	Empenho Liquidado: R\$ 40.356.449,00 Pago estatais: - Total: R\$ 40.356.449,00
Previsto não orçamentário R\$ 645.112,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,2
Índice previsto ao final do PPA: 1,85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Alta. Os índices originariamente previstos para 2007 já foram alcançados em 2005. Apesar de a partir de 2005 ter sido registrado arrefecimento do impulso de crescimento dado pelo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), para 2006, conforme nossas projeções teremos um aumento das vendas no mercado de seguros de 13,3%, fazendo crescer a participação dos Prêmios sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Os principais aumentos de prêmios deverão vir dos ramos VGBL, Automóvel e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). E em 2007 a previsão é a manutenção do crescimento do mercado.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,36
Índice previsto ao final do PPA: 0,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Muito baixa. Capitalização é um mercado maduro, cuja evolução depende fortemente das políticas comerciais das empresas. Assim, em comparação com o PIB as vendas do produto mantém-se relativamente estáveis ao longo dos últimos anos. Na Capitalização, a expectativa é de manutenção da participação no PIB.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR ABERTA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 0,40

Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Muito baixa. O mercado de previdência, que cresceu com força até 2001, começa a estagnar sua arrecadação a partir de 2002. Uma causa para isso é o próprio lançamento do VGBL que rouba parte do mercado dos Planos Tradicionais e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), outra pode ser a própria saturação do mercado. Em 2005 tivemos um fator extra que causou certa confusão no mercado de fundos de previdência que foram as novas regras tributárias de estímulo à poupança de longo prazo e assim o PGBL apresentou ligeira queda de faturamento, contribuindo para a redução Contribuições X PIB. Na previdência esperamos novas quedas de participação no PIB para os anos de 2006 e 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Reduzir os obstáculos à expansão adequada dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização devido ao desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior transparência; concentração de mercado; escassez de produtos; excesso de regulamentação em função da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Revisão e desregulamentação do ambiente normativo do mercado de seguros, com a revogação pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) de 300 circulares que regulam o mercado, um terço do total do estoque de atos normativos.
- Instituída a criação de ouvidorias, simplificando procedimentos para a aprovação de atos societários e eliminando a necessidade de homologação de alguns por parte da autarquia. O modelo de ouvidoria reconhecido pela SUSEP foi instituído por meio da Resolução CNSP nº 110.
- Reforçado o papel do auditor independente e do atuário responsável, como instrumentos auxiliares da fiscalização (Resoluções CNSP nº 118/2004 e 135/2005), criando condições para a auto-regulação e tornando a atuação da SUSEP mais eficiente e focada nos controles das empresas e não mais simplesmente na fiscalização do cumprimento de regras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: ao final de 2005, a SUSEP conseguiu adquirir recursos de informática (software e equipamentos) que permitirão melhor qualidade para as equipes executoras, principalmente para aquelas voltadas aos novos projetos da SUSEP, como supervisão baseada em risco.
- Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: a SUSEP inicia o ano de 2006 implementando procedimentos para mudança da sede para o prédio da unidade regional do Banco Central no Rio de Janeiro. A expectativa é de que a infra-estrutura que pode ser oferecida aos funcionários, com relação à qualidade de instalações e tamanho do espaço, permitam uma qualidade de ambiente melhor que traga estímulo e motivação aos funcionários e, portanto, às equipes executoras.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: em face das mudanças de cenário e das funções exercidas pela SUSEP, foi identificada a necessidade de promover a reestruturação da Autarquia, com a criação de novos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS. Há necessidade de cargos para criação de novos departamentos, gerências e divisões, relacionados com normas, regimes especiais, ouvidorias, corregedorias, resseguros, análise econômica, controle de empresas. O atendimento a essa necessidade passa, inclusive, pelo aumento do quadro de pessoal da instituição.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: em face das funções desempenhadas pela SUSEP, que somente tem crescido ao longo dos anos, é identificada grande carência de pessoal, que tem sido reclamada constantemente. Em 2005 foi aprovada a realização de concurso público para a SUSEP, para ocupar 46 vagas de Agente Executivo - NM e 7 de Analista Técnico - NS. Para NM a SUSEP não tinha autorização de contratação desde 2004, sendo grande a carência nesse nível, a qual não pode ser suprida tecnicamente por terceirizados, e o número de 46 vagas ainda ser insuficiente para as necessidades da instituição. A quantidade de 7 Analistas também deve ser considerada bastante aquém da capacidade de atender às demandas da Autarquia. Esse concurso está em processo de realização.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: a demanda de conhecimento imposta pela dinâmica dos mercados exige da SUSEP um crescente investimento em capacitação de pessoal. Os paradigmas têm se modificado rapidamente e a SUSEP, reconhecendo a necessidade, tem procurado disponibilizar cursos e treinamentos para seus recursos humanos, com cursos de pós-graduação fechados e abertos, com participação e realização de congressos, seminários e palestras, treinamentos gerenciais e técnicos.
- Contingenciamento orçamentário: o contingenciamento de recursos orçamentários tende a dificultar a execução do planejamento, considerando que a indisponibilidade dos recursos impede a iniciativa dos agentes no que se refere a abertura dos processos licitatórios. Para solucionar as dificuldades, a SUSEP tem buscado apoio junto aos organismos relacionados com a questão orçamentária, no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, no sentido de obter liberar os contingenciamentos.

- Atraso na liberação de recursos: a liberação dos recursos somente ao final dos exercícios tende a prejudicar a execução do planejamento institucional, uma vez que o curto tempo disponibilizado ao final do ano nem sempre é suficiente para a iniciação e conclusão do processo licitatório dentro do exercício. Além disso, a necessidade de dar seqüência às tarefas de rotina das diversas unidades impede a liberação dos servidores para o envolvimento com processos de capacitação, principalmente em cursos fechados, dificultando o alcance das metas financeiras. Para reduzir o impacto deste problema, a SUSEP tem agindo junto aos organismos orçamentários, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, no sentido de obter a liberação mais rápida dos recursos, sejam os contingenciados, sejam os relacionados com crédito suplementar, e tem procurado acelerar seus processos licitatórios.
- Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a legislação atual, que tende a direcionar grande parte dos processos de compra e contratação para a modalidade pregão, tem ocasionado insegurança dos agentes operadores quanto à modalidade que proporcione maior qualidade no processo e na contratação. Esta modalidade tem ocasionado contratos de difícil manutenção por desequilíbrio econômico-financeiro em curto espaço de tempo, ocasionando a repetição de processos licitatórios. Para solucionar as dificuldades com licitação, a SUSEP tem procurado estabelecer aproximação entre os setores envolvidos, como as comissões de licitação, pregoeiros, procuradoria e gerência de contrato.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O serviço de atendimento ao público mantido pela SUSEP tem transformado as demandas em excelente contribuição para modificações no comportamento do mercado, no sentido de estimular a adoção de procedimentos éticos e voltados para o direito do consumidor. Prova disso, é o crescente número de empresas que tem criado Ouvidorias para solucionar os litígios dos segurados, e que tende a reduzir o número de reclamações contra empresas direcionadas a SUSEP. Permite, também, a identificação, através de análises estatísticas, das empresas para as quais devem ser direcionados procedimentos de fiscalização e diligência.

RECOMENDAÇÕES

- O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM.

EDUCAÇÃO FISCAL

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

Alunos do ensino médio e fundamental.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 426.640,00	Empenho Liquidado: R\$ 398.598,00 Pago estatais: - Total: R\$ 398.598,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 37,13 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Palestras e reuniões de sensibilizações sobre a importância do PNEF estão sendo feitas em várias prefeituras, e temos conseguido o interesse das prefeituras em implantar o programa em diversas escolas.

2. TAXA DE ATENDIMENTO A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM EDUCAÇÃO FISCAL

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 9,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O curso a distância realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores e as outras capacitações realizadas pelos Estados tem possibilitado ampliar o número de alunos que estão sendo instruídos na questão tributária.

3. TAXA DE ATENDIMENTO A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO COM EDUCAÇÃO FISCAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 13,32 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 9,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice já foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação da rede de disseminadores. Foram capacitados 8.022 disseminadores do PNEF em 2005.
- Reprodução do kit pedagógico. Foram reproduzidos 38.500 kits contendo 4 cadernos pedagógicos com os assuntos trabalhados pela Educação Fiscal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: enquanto gerência nacional, faltam recursos para apoiar as atividades desenvolvidas nos estados para implementação do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: dificuldade de obtenção de recursos financeiros e limitação de contratação de pessoal devido aspectos legais.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: ocorreu devido à redução de recursos financeiros para capacitação de servidor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A capacitação à distância e a entrega do kit pedagógico do programa aos professores do ensino fundamental e médio deverão impulsionar a implantação do programa nas escolas. Na capacitação de professores são criadas oficinas pedagógicas. Os professores idealizam o trabalho que farão com os alunos, criam peças teatrais, desenvolvem pesquisas e trabalhos mostrando a relação dos impostos e os serviços prestados pelo estado. São realizadas também palestras em universidades em outros eventos de instituições com parcerias com o PNEF para disseminação do programa e semanas educativas em shoppings para conscientização dos tributos existentes e sua função social.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS (PNAFE)

OBJETIVO

Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua atuação.

PÚBLICO-ALVO

Estados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 109.319.031,00	Empenho Liquidado: R\$ 104.036.979,00 Pago estatais: - Total: R\$ 104.036.979,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Não há indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE) foi implantado em 1997, como medida complementar ao processo de renegociação de dívidas dos Estados e Municípios, tendo em consideração que o refinanciamento não traria os resultados esperados sem que fossem implementadas ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais para a eliminação das fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem esforço de melhoria da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a se repetir. O prazo de encerramento do programa estava previsto para 31 de dezembro de 2003. O ritmo de execução do programa, entretanto, foi afetado pelas eleições de 2002 e pela mudança de governo, o que redundou na necessidade de prorrogação do prazo de execução do programa. Por outro lado, estão sendo estudadas ampliações nos projetos, viabilizadas pela maior disponibilidade de reais decorrente do crescimento da taxa de conversão do dólar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implementação de novas soluções de Tecnologia da Informação, como por exemplo o recolhimento de impostos com processamento eletrônico automático e o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes.

- Programas de educação fiscal ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Melhoria dos processos e procedimentos de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Estados, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP) e das demais equipes de coordenação no sentido de nivelar e/ou atualizar os conhecimentos do programa. Além disto, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: contribuiu para a não finalização total do programa no final do ano, como originalmente programado.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os prazos legais e constitucionais de que dispõem os Estados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como mecanismo de promoção à participação social, destaca-se o Programa de Educação Fiscal - PNEF coordenado pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), em conjunto com os Grupos de Educação Fiscal dos Estados, atingindo mais de 20.000 programas em diferentes escolas, 130.000 professores e 4,5 milhões de alunos.

RECOMENDAÇÕES

- Inexistem recomendações pelo fato de o programa encontrar-se em fase de encerramento. A Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (MF) desenvolveu ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no sentido de estender o período de vigência do programa para 2006. Em consonância com os entendimentos mantidos com o BID, o período de desembolso do Contrato de Empréstimo se estenderá até 31 de Dezembro de 2006, data prevista para encerramento do programa.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS (PNAFM)

OBJETIVO

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

PÚBLICO-ALVO

Municípios.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 160.233.002,00	Empenho Liquidado: R\$ 101.114.577,00 Pago estatais: - Total: R\$ 101.114.577,00
Previsto não orçamentário R\$ 284.200.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SUPERÁVIT CORRENTE

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 88,6 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Dos 35 municípios que possuem projeto ampliado, 2 não atingiram superávit corrente no ano de 2004 e 2 não enviaram informações, equivalendo a um indicador de 88,6%. Para o ano de 2005, as informações ainda não foram disponibilizadas pelos municípios até o presente momento. Considera-se o nível de 88,6% do indicador de superávit muito mais uma consequência dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal do que decorrência de ações de modernização. Quanto ao crescimento real de arrecadação, do universo de 35 municípios com projetos PNAFM ampliados, apurou-se no ano de 2004 comparado com 2003 a ocorrência de crescimento real dos impostos próprios (IPTU e ISS) em 13 municípios, equivalente a um percentual de 37,1% do total previsto. Entende-se que este índice reflete com mais propriedade os efeitos das ações de modernização administrativa do que o de superávit corrente acima mencionado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem-se intensificado a partir de 1988. O raio de autonomia tem se ampliado, configurando, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, de outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos Municípios para que assumam os gastos sociais básicos, fundamentais à promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados. Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos Municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas ainda há um potencial tributário não explorado, considerando-se que Municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares. A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos Municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Associadas ao equilíbrio fiscal, são fundamentais a orientação dos serviços públicos para o cliente/usuário/cidadão e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida lei define, no art. 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Adesão de 58 Municípios para implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliados e 23 simplificados.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS).
- Melhoria dos padrões de gestão com a implantação de sistemas integrados e a capacitação de servidores municipais.
- Projetos simplificados, atingido 3,7% do objetivo, com um total de 23 contratos firmados, contra 703 previstos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Municípios, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP), da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e das equipes de coordenação no sentido de propiciar a capacitação adequada. Além disso, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: tem sido alta a deficiência de conhecimento específico na área de administração pública por parte das equipes gestoras dos Municípios. A UCP, por sua vez, tem intensificado os esforços no sentido de propiciar a capacitação específica na execução de projetos às Unidades de Execução Municipais (UEM), evitando-se a paralisação da execução dos projetos ampliados.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: tal fato contribuiu para elevar ainda mais os atrasos existentes na execução física e financeira dos projetos municipais.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo BID e os prazos dispostos nas legislações municipais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho físico e o acompanhamento da execução financeira das ações do programa são realizados pela Unidade de Coordenação de Programas - UCP, por meio de sistema contábil próprio (SIAPM), processos específicos e da submissão de diversos relatórios e informações, destacando-se entre estes os Relatórios Financeiros, Relatórios de Progresso, Indicadores de Execução e de Impacto. O programa inclui também a realização de missões periódicas de acompanhamento para constatação "in loco" das ações implementadas através de consultores contratados. Além disso, a Secretaria Federal de Controle Interno realiza anualmente auditoria e verificação nas contas dos municípios pertinentes ao programa, identificando problemas e apontando irregularidades na execução dos projetos.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

GERENCIAMENTO DE RISCO E PREVENÇÃO DE PERDAS E ACIDENTES

OBJETIVO

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

PÚBLICO-ALVO

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	-
-	Pago estatais:	-
	Total:	-
Previsto não orçamentário R\$ 605.190,00	Realizado não orçamentário R\$ 1.407.245,26	

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE INSPEÇÃO PARA IMPORTÂNCIAS SEGURADAS INFERIORES A R\$ 150 MILHÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 6,32 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 4,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

2. TAXA DE INSPEÇÃO PARA IMPORTÂNCIAS SEGURADAS SUPERIORES A R\$ 150 MILHÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 6,2

Índice previsto ao final do PPA: 19,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Garantir a estabilidade da produtividade econômica brasileira pela proposição de medidas de prevenção, proteção e combate de riscos futuros do parque comercial/industrial brasileiro, reduzindo consideravelmente, a subjetividade dos critérios de taxação securitária, face ao melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos e suas potencialidades, determinando o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos e que possam produzir perdas vultosas, por vezes imediatas, que se relacionam diretamente à sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Melhoria na qualidade dos riscos inspecionados para aceitação, taxação e concessão de benefícios tarifários e condições especiais.
- Realização de “força-tarefa” para aprimoramento da gestão de regulação de sinistros. O esforço contribuiu para uma redução do prazo de regulação.
- Definição de rotina de controle informatizado, de alteração de clausulado, de integração de procedimentos com a regional de São Paulo e de condução das regulações (cooperação).
- Diagnóstico de dificuldades com recomendações de solução.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o quadro atual de inspetores é insuficiente para o atendimento à meta prevista. Espera-se que, com o novo concurso público, em 2006, sejam destinados novos empregados para as áreas de inspeção de riscos e regulação de sinistros.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: com a iminente aposentadoria do atual quadro funcional, a vinda de novos empregados requer treinamento intensivo de prazo não inferior a dois anos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

OBJETIVO

Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estados.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 333.174.772,00	Empenho Liquidado: R\$ 172.860.179,00 Pago estatais: - Total: R\$ 172.860.179,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No que tange ao sistema de administração financeira, gestão das obrigações e haveres da União e análise fiscal e financeira do setor público, a demanda é por uma administração eficiente da dívida pública interna e externa e dos haveres da União, assim como a programação e administração do fluxo de caixa do Governo, de forma a manter o equilíbrio fiscal, em concomitância com a tempestiva liberação de recursos, para custear a execução das atividades do Governo Federal. Quanto ao sistema de contabilidade federal, a expectativa é de correição e agilidade no registro, no controle e na elaboração das demonstrações contábeis, relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União. O sucesso deste programa dependerá da atual capacidade de cada organização, em se alinhar ao momento de mudanças do Governo Federal, modernizando seus processos de gestão interna, para responder a seus clientes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Arrecadação de cerca de R\$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93 % da meta física de R\$ 40 bilhões prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de

superávit primário nas contas públicas estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública.
- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25 % do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de cerca de 4,84% do PIB (cerca de R\$ 93,5 bilhões).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: há carência, de maneira geral, na execução das ações do programa, de sistemas informatizados de tecnologia da informação para a geração e obtenção de informações mais seguras e tempestivas.

Contingenciamento orçamentário: ocorreram contingenciamentos de recursos que provocaram atrasos no pagamento dos serviços contratados, afetando a execução financeira da dotação orçamentária da ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional. Outrossim, a dotação da ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI não só foi objeto de contingenciamento do orçamento, o que causou o reconhecimento de dívida, como também a sua dotação orçamentária foi insuficiente para atendimento de suas demandas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do programa para “Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
- Migração da ação “2B93 – Sistema Integrado de Informações (SINTEGRA) para o programa “0770 – Administração Tributária e Aduaneira”.
- Exclusão da ação “7688 – Assistência Técnica em Responsabilidade Fiscal”.

GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

OBJETIVO

Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos e cidadãos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 5.891.172,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.488.261,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.488.261,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiência dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos, marcos regulatórios e legais inadequados ao ambiente de mercado concorrencial e falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos. Necessidade de consolidação da cultura da concorrência no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A meta foi alcançada, inclusive com resultado 420% superior ao previsto inicialmente. Foram realizadas 21 Análises dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos e 187 Homologações e Acompanhamentos de Promoções e Sorteios com fins Comerciais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) não dispõe de quadro próprio de carreira. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, empresas públicas, sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional

(STN) e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como um gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE. Não obstante, em 2005, a SEAE pôde contar com um reforço em seus quadros técnicos e se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional (PL nº 5877/2005) uma forma de prover regularmente mão-de-obra técnica aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os impactos socioeconômicos das operações da SEAE fazem parte dos indicadores da Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Megaobjetivo de Governo de Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

RECOMENDAÇÕES

- Exclusão da ação “9849 – Acompanhamento Sistemático de Mercados”.

GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

OBJETIVO

Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho, do mercado de capitais.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 5.385.063,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.932.645,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.932.645,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desequilíbrios da economia brasileira nos últimos anos conduzem à necessidade de uma reorientação da política econômica com o objetivo de promover a retomada do desenvolvimento sustentado. Questões relativas à distribuição de renda, ao desemprego, à taxa de inflação, ao desequilíbrio fiscal e à vulnerabilidade externa, já apontados nas Orientações Estratégicas de Governo do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), demandam, para seu equacionamento, uma abordagem econômica que respeite as reais disponibilidades orçamentárias e a maximização dos recursos alocados. Para tal, é necessário um enfoque econômico com uma articulação harmônica de políticas, de médio e longo prazos, adequadas aos objetivos estabelecidos no PPA. A implementação e a coordenação de medidas adequadas são fundamentais para a superação desses desafios e imprescindíveis para uma correta alocação dos recursos - os quais são escassos - e, em última instância, para se atingir a efetividade das políticas públicas. A experiência acumulada pela SPE, sua competência legal e a sinergia com os demais órgãos de governo a habilitam para implementar este programa. As ações da SPE voltadas para o suprimento de instrumentos econômicos adequados à verificação da efetividade das políticas públicas e à eventual correção de desvios identificados favorecerão resultados positivos, tanto no médio como no longo prazo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Autorização para a utilização de cotas de fundos de investimento vinculados a plano de previdência e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, como garantias adicionais em operações de crédito imobiliário. (Lei nº 11.196/2005).
- Instituição do Fundo de Locação Imobiliária como nova modalidade de garantia de contratos de locação (Lei nº 11.196/2005).
- Instituição da nova sistemática de tributação sobre planos de previdência complementar, baseada em alíquotas decrescentes de acordo com o prazo de manutenção da aplicação, e redução a zero da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incidente quando da transferência de reservas técnicas, fundos e provisões entre entidades de previdência complementar ou sociedades seguradoras (Lei nº 11.196/2005).
- Elaboração de Projeto de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros, que dispõe sobre a abertura do mercado de resseguros e institui duas modalidades de ressegurador estrangeiro, o admitido e o eventual, ficando o Brasil Resseguros S.A. (IRB) qualificado como ressegurador local (PLP nº 249/2005, em apreciação na Câmara de Deputados).
- Instituição da nova Lei de Falências, que cria condições efetivas de recuperação de empresas viáveis e protege ativos tangíveis e intangíveis em caso de falência, propiciando um ambiente mais seguro para a realização de negócios, com possibilidade de redução do custo de capital (Lei nº 11.101/2005).
- Instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), direcionado ao atendimento das necessidades do microempreendedor na sua atividade econômica (Lei nº 11.110/2005).
- Ajuste da regulamentação sobre a tributação de operações de hedge para instituições não financeiras, mediante desoneração da incidência de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o resultado obtido, propiciando condições para o setor produtivo desenvolver seus negócios, com operações de proteção necessárias à administração dos respectivos riscos (Decreto nº 5.442/2005).
- Produção dos seguintes documentos: 1) relatório com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União e elaboração do cálculo dos subsídios implícitos, resultantes de operações efetuadas a taxas inferiores ao custo de captação do governo federal; 2) quantificação do impacto do reajuste do salário mínimo sobre o resultado da previdência e elaboração de projeções fiscais do resultado primário do governo central, com estimativas ajustadas do resultado da previdência; 3) projeções atualizadas da carga tributária do país, segundo metodologia própria da Secretaria de Política Econômica (SPE); 4) notas técnicas sobre a evolução da economia e aspectos relevantes para a política econômica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Suficiência de metas físicas e definição dos indicadores: segundo a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, o programa da SPE enquadra-se na

categoria “gestão de políticas públicas” e, portanto, seus resultados não se associam, necessariamente, a um indicador físico. As atividades da SPE classificam-se como atividade meio (assessoria e formulação de políticas) e, portanto, os resultados finalísticos da implementação do programa não são mensuráveis, a priori. Não obstante, as sugestões da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), no exercício 2004 foram avaliadas e a SPE adotou como indicador, em caráter experimental, e para efeito do acompanhamento periódico do programa no SIGPLAN, o registro do número de Notas Técnicas, Pareceres, Resenhas e demais estudos elaborados. Ressalve-se o fato de que esses trabalhos não registram, em sua real dimensão, todo o trabalho da Secretaria, e sua utilização como indicador físico não observa, *stricto sensu*, a orientação metodológica do PPA, preconizada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o reduzido quantitativo de profissionais com perfil técnico para atuação na esfera finalística da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda exige um esforço concentrado da equipe para o cumprimento de sua missão institucional, ressaltando, nesse contexto, a inexistência de uma carreira própria e específica para compor o quadro técnico da SPE. Válido mencionar que as dificuldades associadas à gestão do quadro técnico da Secretaria se mantêm desde gestões anteriores.

Contingenciamento orçamentário: as limitações à execução do orçamento, previstas nos Decretos de Programação Financeira, que visam adequar as prioridades e metas do governo às restrições impostas pela conjuntura econômica, diminuem o grau de efetividade das ações em virtude da necessidade de priorização de atividades/projetos em detrimento de outras com execução já planejada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A SPE participa ativamente do sistema de Ouvidoria do MF, respondendo questões formuladas pela sociedade civil sobre assuntos relacionados à política econômica. Grande parte das medidas de política econômica propostas são objetos de discussão com os grupos interessados, e levam em consideração, ressalvado o interesse público, as proposições desses setores. A interação com os grupos de interesse permitem, na medida do possível, o aperfeiçoamento das medidas de política econômica de forma a maximizar a efetividade da ação da SPE e dessa forma propiciar um maior grau de bem estar da sociedade.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 18.073.972,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.068.160,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.068.160,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. VARIAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5,69 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A política monetária é calibrada de modo a manter a variação do índice de inflação dentro do intervalo estabelecido pelo governo. Exceto em casos de choques muito fortes, não previsíveis ou cujo combate traga efeitos muito perversos para a economia, a autoridade monetária adotará as medidas necessárias para o atendimento da meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desenvolvimento das políticas monetária, cambial e de crédito, visando à estabilidade do poder de compra da moeda nacional e ao desenvolvimento econômico do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Trajetória descendente da inflação, trazendo-a para a trajetória desenhada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ao Banco Central. A taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se, pelo segundo ano consecutivo, dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa por meio do aumento das reservas

internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris, entre outras medidas.

- Revisão das normas cambiais, contribuindo para maior liberdade cambial.
- Realização de campanhas publicitárias sobre o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, o Censo de Capitais Brasileiros no Exterior e o Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (Bacenjud).
- Aprimoramento dos mecanismos de capacitação dos servidores, por meio da implantação da Universidade Corporativa, que deverá ser completada em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: no que se refere à ação de capacitação para a plena implantação da Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen), é imprescindível que as instalações físicas tenham características adequadas para suportar os novos recursos metodológicos (note-se que as instalações atuais têm em torno de 30 anos de construção).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: a instituição busca ampliar e aperfeiçoar o contingente de recursos humanos por meio de capacitação, treinamento, bem como exposição em seminários e workshops.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: em ocasiões específicas o apoio de consultores é buscado, de modo a ampliar e aprofundar a capacitação para enfrentamento de questões.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: para contornar o problema, a equipe da ação de capacitação tem buscado formas alternativas, tais como facilitadores internos, parcerias, cursos gratuitos e recursos de origem não orçamentária.

Atraso na liberação de recursos: o primeiro trimestre de cada ano fica prejudicado, pois praticamente não há ações de capacitação sendo realizadas e oportunidades são perdidas. Eventuais contingenciamentos ao longo do exercício também têm impactos significativos no andamento das ações de capacitação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

OBJETIVO

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público.

PÚBLICO-ALVO

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos.

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 39.000.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 26.030.650,00 Total: R\$ 26.030.650,00
Previsto não orçamentário R\$ 273.872.701,00	Realizado não orçamentário R\$ 350.442.252,88

EXECUÇÃO DO PROGRAMA INDICADOR(ES)

1. TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA ANUAL

Unidade de medida: Percentual (%)

Último índice apurado: 101,3 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice previsto ao final do PPA já foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal. Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresas nacionais com capital estrangeiro, exceto a Casa da Moeda do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O programa atendeu ao seu objetivo, suprindo as necessidades governamentais por Cédulas e Moedas, Selos Postais e Selos Fiscais. Quanto aos investimentos, foram realizados 66,75% do programado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a não realização de 100% do previsto em investimentos foi decorrente de atrasos nos processos de licitação de alguns equipamentos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa utiliza como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários a Pesquisa de Satisfação de Clientes, elaborada conforme as seguintes áreas: a) produto/serviço; b) logística; c) documentação; d) atendimento; e) percepção. Vale ressaltar que os beneficiários do programa são os clientes da Casa da Moeda do Brasil e não o usuário final de nossos produtos.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

OBJETIVO

Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

PÚBLICO-ALVO

União e contribuintes.

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 136.970.598,00	Empenho Liquidado: R\$ 119.507.154,00 Pago estatais: - Total: R\$ 119.507.154,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

EXECUÇÃO DO PROGRAMA INDICADOR(ES)

1. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

Unidade de medida: R\$ milhão

Último índice apurado: 6.188.025.164,00 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 7.172.256.831,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O índice apurado em 2005 já está muito próximo do índice final do PPA em 2007.

2. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Unidade de medida: R\$ milhão

Último índice apurado: 2.622.420.316,00 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2.129.600.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O índice apurado em 2005 ultrapassou o índice final do PPA em 2007.

3. PERDAS DE RECURSOS DA UNIÃO EVITADAS

Unidade de medida: R\$

Último índice apurado: 26.847.002.543,100 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 198.206.584,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O valor acima resulta do somatório das vitórias obtidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em juízo no valor de R\$ 26.743.835.878,73, com a conferência e impugnação dos cálculos de liquidação, com acolhimento pelo Poder Judiciário, no valor de R\$ 103.166.664,37.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito tempo a sociedade se ressentida de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda e ainda permita recursos suficientes ao acesso e à prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para a satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda; enfocar a recuperação de débitos para com o Estado preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional; conferir à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A arrecadação acumulada no exercício de 2005 foi 9,08% superior ao valor arrecadado em 2004.
- Administradas cerca de 6,6 milhões de inscrições em Dívida Ativa, uma média mensal de 82.186 novos débitos inscritos, patrocinando em torno de 3.550.332 execuções fiscais, além de 3.137.526 processos de defesa judicial.
- Concessão à defesa da Fazenda Nacional do efeito suspensivo a recurso especial da Fazenda Nacional, interposto contra acórdão que deferiu o direito à compensação de crédito-prêmio de IPI, que obstou compensações irregulares em todo o país.
- Implementação do Projeto Grandes Devedores (PROGRAN) que institui a padronização da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no combate aos grandes devedores.
- Manual da Certidão Conjunta – unificação das certidões de regularidade fiscal antes emitida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- Parcelamento simplificado – ampliação do limite de R\$50 mil para R\$100 mil para parcelamento, excetuada a hipótese de garantia pré-existente em ação judicial

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldade em planejar o dado previsto, uma vez que o produto da ação é gerado quando da existência de demandas em que a União sofrerá e que implicarão atuações da Fazenda Nacional.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial: embora a Procuradoria-Geral tenha em sua disponibilidade o terreno para construção de sua sede onde integrará a Procuradora Regional e Estadual no Distrito Federal, não houve recursos orçamentários para início da construção.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: considerando que o número total de processos e expedientes sob responsabilidade da PGFN (Dívida Ativa, Defesa, FGTS e Consultoria/Assessoramento/Representação Extrajudicial no Órgão Central) foi, em 2005, de 10.062.768 e que o número de Procuradores da Fazenda Nacional em exercício, neste mesmo período, era de 1.034, verifica-se que a média de ocorrências por Procurador da Fazenda Nacional atingiu, no ano, a cifra de 9.732 processos/expedientes per capita. Portanto, o quadro de Procuradores da Fazenda Nacional é ainda insuficiente, mas espera-se que seja suprido com a realização do concurso público cujo edital já se encontra publicado, de forma que a situação crítica do Órgão seja contornada.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: Quanto aos servidores em exercício no órgão, atualmente totalizam 1.219 em todas as unidades da PGFN, salientando-se o fato da inexistência de carreira de apoio específica do Órgão. Face ao volume de trabalho, resta evidente a insuficiência do número de servidores, eis que grande parte desses servidores são responsáveis pela logística necessária à Administração Tributária, não podendo, com efeito, auxiliar os Procuradores em suas atividades-fim, arrecadação da Dívida Ativa e processos de Defesa da Fazenda Nacional. Em que pese a existência da contratação de terceirizados, ainda assim o número total de força de apoio é insuficiente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Resgate da ação “2243 - Pró-Labore de Êxito como Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União”.
- Criação da ação “Construção de Edifício da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”.